

2

O autoritarismo e a cultura das massas

2.1

A ascensão dos regimes autoritários, suas ideologias, e o conceito de sociedade de massa

Os movimentos fascistas apresentavam elementos dos movimentos revolucionários, na medida em que continham pessoas que queriam uma transformação fundamental da sociedade, freqüentemente com um lado notadamente anticapitalista e antioligárquico. Contudo, o cavalo do fascismo revolucionário não deu a largada nem correu. Hitler eliminou rapidamente os que levavam a sério o componente 'socialista' no nome do Partido dos Trabalhadores Nacional-Socialistas Alemães- o que ele sem dúvida não levava. A utopia de um retorno a uma Idade Média para o homem comum, cheia de proprietários-camponeses hereditários, artesãos como Hans Sachs e moças de tranças louras, não era um programa que pudesse realizar-se em grandes Estados do século XX (a não ser na versão de pesadelo dos planos de Himmler para um povo racialmente purificado), menos ainda em regimes que, como o fascismo italiano e alemão, estavam empenhados no caminho da modernização e do avanço tecnológico. (Hobsbawm, 1994, p.131)

Os interesses dos que controlavam os meios de produção não estavam de acordo com movimentos revolucionários interessados em radicais mudanças na ordem estabelecida, o que explicava a energia com que combatiam os movimentos de esquerda. Seu maior interesse estava na busca de alternativas que tornassem mais simples o fluxo de capital e o crescimento industrial, que não se realizava de forma plena devido às dificuldades do modelo político liberal em administrar a expansão de forma eficiente. O interesse dos capitalistas e dos grandes grupos econômicos era o de aproveitar o crescimento do mercado consumidor em escala mundial, processo esse que ganhou uma velocidade espantosa durante a primeira metade do século XX.

Os regimes autoritários conseguiam bons resultados de crescimento industrial e econômico. O nazismo conseguiu

estruturar um sólido programa social, responsável pelo acesso de sua população a uma série de bens de consumo, além de acabar com os efeitos devastadores da Grande Depressão, sendo o maior deles o desemprego. O fascismo italiano foi mais conservador, mantendo os interesses das velhas classes dominantes, conseguindo dar seqüência ao processo de unificação iniciado no século XIX, centralizando as ações governamentais. Mas seu papel de destaque na história “não repousa em seus objetivos e realizações, mas em seu papel como pioneiro global de uma nova versão da contra-revolução triunfante.” (Hobsbawm, 1994, p.131)

A tendência autoritária e de centralização das ações governamentais mostrou-se um fenômeno internacional, influenciando diferentes lideranças políticas em diferentes culturas. Além dos problemas econômicos gerados pela Grande Depressão, Eric Hobsbawm faz uma análise mais apurada, e destaca a vulnerabilidade da política liberal e sua forma de governo baseada na democracia representativa, observando a falta de condições na época para a legitimação dos regimes democráticos. Entre as dificuldades encontradas, destaca a falta de legitimidade dos governos, observando que poucos países possuíam regimes democráticos estabelecidos, incluindo as nações européias do pós Primeira Guerra Mundial que, ou eram Estados completamente novos, ou tiveram suas estruturas políticas tão modificadas que não possuíam uma autoridade plenamente estabelecida e reconhecida diante de sua população. A falta de uma harmonia entre os diferentes grupos sociais também dificultava o estabelecimento de um governo mais estruturado. Inclusive a chamada “teoria oficial da sociedade burguesa liberal” não conseguia enxergar a diversidade social, tratando o povo como um todo, e composto simplesmente por elementos individuais. A falta de unidade social foi agravada pelas conseqüências do pós-guerra, que aumentaram as tensões em torno das diferenças étnicas e religiosas. Uma outra condição importante para o florescimento de políticas democráticas seria a ação administrativa dos governos, buscando regulamentar as atividades sociais e econômicas. Mas a necessidade de ação e intervenção direta do Estado, acabou não permitindo o desenvolvimento de uma sociedade mais participativa. No final, Hobsbawm destaca como decisiva para a ascensão do autoritarismo a pouca habilidade dos governos em gerar e distribuir riquezas, gerando uma atmosfera política insustentável, principalmente diante das tensões revolucionárias e contra-revolucionárias, além dos reflexos da Depressão na década de 1930. O historiador argumenta que a democracia se tornou um simples mecanismo para formalizar a divisão de grupos ‘inconciliáveis’, não

conseguindo estabelecer uma base estável para um governo com representatividade democrática.

Assim é fácil entender que a democracia parlamentar nos Estados sucessores dos velhos impérios, bem como a maior parte do Mediterrâneo e da América Latina, fosse uma frágil planta crescendo em solo pedregoso. O argumento mais forte em seu favor, o de que, por pior que fosse, era melhor que qualquer sistema de governo alternativo, soa pouco atraente. Entre as guerras raramente pareceu realista e convincente, e mesmo seus defensores falavam com pouca confiança. (Hobsbawm, 1994, p.143)

Todo o ambiente econômico, político e social favoreceram o surgimento dos grupos de extrema direita, e alimentaram as idéias de Estados centralizadores. Alemanha e Itália foram duas nações que desenvolveram fortemente o modelo autoritário, com uma estrutura complexa, seja através do implemento de grande capacidade industrial, como de complexa organização social. O modelo fascista italiano, apesar de ter se estruturado de forma mais modesta que seu par alemão, possuiu o mérito de ter desenvolvido através de Benito Mussolini um complexo sistema ideológico capaz de controlar e direcionar o potencial produtivo da nação. Os conceitos de uma sociedade orgânica e hierarquizada, onde todos seguem o direcionamento de um líder, não eram exclusividade de um ou outro regime, e sim uma possibilidade considerada interessante por todos, pois era uma resposta concreta e potencialmente eficiente contra a pouca habilidade do liberalismo econômico de responder de forma eficiente aos anseios da sociedade e do mercado. O próprio Mussolini em um artigo escrito no ano de 1920 elogiava o trabalho de Lênin, seu rival ideológico, dizendo que Lênin era um ‘artista’ que trabalhou com os seres humanos como os outros artistas trabalham com o mármore ou metais. A metáfora do líder como um artista pronto para moldar a sociedade e as “massas”, que em sua origem são uma espécie de matéria bruta, era característica do discurso de Mussolini, que apontava no “trabalho” de Lênin, apesar da intenção positiva, o fracasso em alcançar o resultado. Em seus discursos falava das diferenças entre o trabalho do político e do artista, já que a política seria uma forma difícil de arte onde a matéria-prima, no caso as ‘massas’, eram indóceis e difíceis de serem moldadas.

Mussolini foi o primeiro político a ter a oportunidade de desenvolver um Estado autoritário legítimo. Com o declínio da democracia em todo o mundo, sua popularidade cresceu, e seu modelo de governo ditatorial passou a ser amplamente aceito. Suas idéias contrárias ao comunismo o tornavam um ditador benquisto, ao contrário de Lênin e Stalin. Sua fama

era grande nos Estados Unidos, onde chegou a dar entrevistas a jornais. O célebre jornalista Will Rogers do *Saturday Evening Post* escreveu: “A forma ditatorial de governo é a melhor forma de governo: isso é, se você tem o ditador certo.” (Falasca-Zamponi, 1997, p.52) Era comum encontrar em jornais norte-americanos artigos falando sobre Mussolini. Um filme chegou a ser produzido pela Columbia (*Mussolini Speaks!*), onde são apresentados discursos do ditador. Sua popularidade era grande entre a classe média norte-americana pois era considerado um líder capaz de fazer frente ao comunismo. O sucesso do “Duce” também se fazia sentir na Grã-Bretanha, onde recebeu elogios explícitos, como da prefeita de Liverpool em 1928 quando foi chamado de ‘personalidade esplendorosa’, ou em 1933 quando Winston Churchill afirmou que Mussolini era “o maior legislador vivo”.

O oportunismo de Mussolini se caracterizou como uma jogada inteligente. Mas as idéias autoritárias não eram um modismo recente. Os conceitos sobre as sociedades de massa, sobre os perigos de seu comportamento ‘impulsivo’, e a necessidade de seu controle, já eram estudadas e discutidas durante o século XIX. Nesse período, as teorias de psicologia social buscavam compreender o comportamento das “massas”, crescentes contingentes populacionais que tomavam conta das cidades e desafiavam a capacidade do Estado de manter o controle e a ordem. Os exemplos mais traumáticos da necessidade de compreensão do fenômeno vieram com a Revolução Francesa ao final do século XVIII e a Comuna de Paris no ano de 1871.

...os novos teóricos sociais tentaram transformar observações descritivas em leis gerais e explanatórias que poderiam ser consideradas para o comportamento coletivo nas relações sociais modernas. Gabriel Tarde, Henri Fournial, Alfred Espinas, Gustave Le Bon, e o italiano Scipio Sighele eram os maiores representantes dessa nova ciência, e todos compartilhavam uma afirmação comum: eles acreditavam que um amontoado de pessoas seria capaz de causar a cegueira das mentes individuais participantes. Conseqüentemente, uma mentalidade coletiva poderia dominar o grupo e transformá-lo em uma força imprevisível e incontrolável. (Falasca-Zamponi, 1997, p.17)

Le Bon em seus estudos buscava caracterizar os aspectos da irracionalidade das “massas”. Segundo seus conceitos, as multidões tinham seu comportamento caracterizado pela falta de lógica, um alto caráter instintivo e uma propensão a serem governadas pelos sentimentos. Segundo Le Bon, por terem essas características, as chamadas ‘massas’ seriam incapazes de participar de forma responsável dos processos políticos.

Multidões que são capazes apenas de pensar em imagens, são apenas impressionados por imagens. Apenas as imagens que os amedrontam ou atraem, e se tornam motivos de ação.

Por essa razão as representações teatrais, em que as imagens são exibidas em sua forma mais clara, sempre possuem uma enorme influência nas multidões. O pão e os shows espetaculares para os plebeus da Roma antiga constituíam-se no ideal de felicidade, e eles não pediam por mais nada. Através dos tempos esse ideal pouco se modificou. Nada tem maior efeito na imaginação das multidões do todos os níveis do que as representações teatrais. Todos os espectadores sentem ao mesmo tempo as mesmas emoções, e se essas emoções não são transformadas em atos, é porque o espectador mais inconsciente não consegue ignorar que ele é uma vítima de ilusões, e que ele gargalhou ou chorou de aventuras imaginárias. Algumas vezes, entretanto, os sentimentos insinuados pelas imagens são tão fortes que eles tendem, como as insinuações habituais, a se transformarem em atos. (Le Bon, 1896, p.58)

As observações feitas por Le Bon são coerentes com os procedimentos adotados pelos regimes autoritários do início do século XX. Os movimentos fascistas davam especial atenção ao estilo de seus integrantes. Assim, uniformes, insígnias e símbolos de Estado, com brasões e bandeiras, eram de grande importância. Normalmente as manifestações públicas desses grupos tinham o formato teatral e ritualístico, cercado de paradas e cerimônias. Na Alemanha, um novo calendário de eventos foi criado para proporcionar oportunidades de reunião de grandes multidões, onde cada evento era cuidadosamente coordenado pelo Estado. O próprio Hitler possuía uma preocupação especial com sua aparência perante o público, chegando ao ponto de ter aulas com um ator para desenvolver seu repertório de gestuais. Mussolini também desenvolveu seu código de gestos e expressões faciais, com o objetivo de ser percebido mesmo por pessoas que estivessem longe na multidão.

Um importante argumento utilizado pelos teóricos sociais e que dava uma conotação negativa ao comportamento das multidões era o de sua ligação com o comportamento feminino. É importante lembrar que a comparação era feita considerando-se a suposta “inferioridade evolutiva” da mulher, assim como também de crianças, e dos chamados “selvagens”, esses últimos considerados pessoas que não haviam recebido os “benefícios da civilização”. Por causa dessas características, as multidões deveriam ser mantidas afastadas do processo político. Sendo mantidas em um estado “pré-político” (ou pseudo-político) pela figura do “Líder”.

Porque as “massas” eram dominadas pelas emoções, argumentavam os teóricos sociais, a criação de mitos deveria se tornar um meio para agitá-los ou subordiná-los. Le Bon

aconselhava o líder a dominar a “arte de impressionar a imaginação das multidões”, pois através desse conhecimento ele seria capaz de governá-los. (Falasca-Zamponi, 1997, p.20)

Le Bon considerava que a arte de governar estava baseada na capacidade do líder de compreender as regras para guiar a mentalidade das “massas”. Uma de suas regras considerava que “multidões sendo unicamente capazes de raciocinar através de imagens são apenas impressionadas por imagens. São apenas as imagens que os amedrontam ou atraem.” Dentro dessa estratégia incluíam-se o uso da representação e adoção de métodos teatrais, além do uso das palavras e da linguagem em combinação com as imagens. Le Bon considerava que se as representações fossem “manipuladas com habilidade”, poderiam se tornar “mágica”, e que as palavras poderiam adquirir “poderes sobrenaturais”, ou ainda que as imagens “causam o nascimento nas mentes das multidões das mais formidáveis agitações, que elas mesmas são capazes de tranquilizar”. Simonetta Falasca-Zamponi considera que ao enfatizar a magia na relação do líder com as multidões, Le Bon institucionaliza a doutrina da mistificação. O sucesso que suas idéias fizeram em meio ao universo da política foi considerável, atingindo nomes como Roosevelt, Clemenceau e Mussolini, que afirmava abertamente ter sido influenciado pelas idéias de Le Bon: “Eu li todo o trabalho de Gustave Le Bon; e não sei quantas vezes já reli este ‘Psicologia das Massas’. É um trabalho excelente ao qual eu sempre me refiro.” (Falasca-Zamponi, 1997, p.20)

Os conceitos elaborados por Le Bon foram utilizados por Mussolini acrescidos de suas próprias perspectivas sobre as multidões, e podemos supor que o mesmo ocorreu em outros regimes políticos onde sua influência se fez presente. A identificação com seus estudos por pensadores e lideranças políticas em diferentes partes do mundo torna importante sua compreensão por aqueles que pretendem estudar os aspectos do uso da comunicação visual como recurso de difusão de discursos ideológicos.

O termo “doutrina da mistificação” indica o caminho para uma abordagem que se aproxima das questões relacionadas aos estudos propostos. Toby Clark cita a descrição explícita dos propagandistas fascistas como sendo mítica, uma visão abrangente de uma sociedade espiritualmente unificada e moralmente regenerada, criada pela vontade do povo e encarnada na figura do líder. A diferenciação marcante entre o nazismo e os outros movimentos é a existência no primeiro de uma impiedosa crença em teorias raciais, onde a construção de uma nova sociedade se faria através do desenvolvimento de uma sociedade racialmente pura e

organizada de forma orgânica. Hitler aproveitou-se das condições difíceis pelas quais a Alemanha passava no início do século XX, atribuindo as mazelas e a decadência do país a uma conspiração dos judeus. Hitler prometeu combater as alienações da modernidade oferecendo um mito que evocava uma espécie de renascimento e regeneração espiritual. Seria através do processo de destruição que esse renascimento se daria, uma espécie de re-conexão com um passado glorioso que foi interrompido. O mesmo conceito de resgate das glórias perdidas aconteceu na Itália.

Ao final do século dezenove, a imagem da grandiosidade política de Roma triunfou definitivamente na Itália sobre a crença da missão cultural romana. Uma política internacional nutrida pela retórica do poder e direcionada para empreendimentos imperialistas e coloniais favoreceram esse resultado. As glórias militares de Roma indicavam aos italianos o caminho a ser seguido. A evocação de uma história compartilhada transmitiu um novo sentido para a pátria e reforçou a consciência nacional. Quando o chamado para fazer de Roma a capital da recém criada nação italiana se tornou urgente, patriotas evocaram a tradição romana como a base para a renovação nacional. (Falasca-Zamponi, 1997, p.91)

O cuidado com a interpretação do passado era fundamental, e o regime fascista buscava os elementos que eram de seu interesse na tradição romana. Assim, grandes realizações da civilização romana eram privilegiadas, enquanto aspectos considerados decadentes eram esquecidos. Escavações arqueológicas buscavam um “passado ideal”, ou seja, elementos que pudessem se encaixar nos conceitos fascistas do império romano. Os achados que não estivessem de acordo com os objetivos eram simplesmente destruídos, como ocorreu com vários sítios arqueológicos pertencentes à idade média, afinal, nada poderia se contrapor ao mito de Roma construído pelo regime. A frase “O sinal do destino infalível” utilizada por Mussolini deixava clara a intenção de fazer a história de Roma ser interpretada como antecessora natural do fascismo. “Na auto-representação do regime, Roma teleologicamente anunciava a vinda do fascismo e seu império. (Falasca-Zamponi, 1997, p.94)

O mito de Roma e seus corolários simbólicos forneceu ao regime fascista uma base sólida para a criação dessas novas tradições, rituais e festivais que a concepção de política de Mussolini considerou como necessária no poder político moderno. Formas simbólicas deveriam transmitir os valores e princípios do movimento fascista, e através de sua função comunicativa eles objetivaram solicitar e canalizar a participação popular na vida política. O regime de Mussolini também considerava símbolos e elementos rituais, através dos quais o fascismo poderia afetar o estilo dos italianos e tornar as

‘massas’ rudimentares em ‘novos homens’. Mussolini clamava pela vinda dos ‘cidadãos-soldados’ na maneira de indivíduos bravos e corajosos. Os “novos homens” deveriam contribuir, através de um comportamento disciplinado, para uma ordem bela e harmônica; deveriam estar prontos para construir uma Itália com um renovado esplendor e um futuro de glória.

A aspiração da estética-política de Mussolini transpirava grandes ambições. Mas como o dicionário simbólico do regime e a constelação ritualística supostamente traziam publicamente os “novos homens”? Qual era a relação entre as práticas simbólicas e o comportamento fascista? Mussolini e o regime acreditavam que o estilo era um sinal visível de características internas, e, em um raciocínio lógico peculiar, eles também pareciam considerar que uma mudança no estilo poderia produzir uma transformação na índole. Portanto, visto que Mussolini declarou estar preocupado com o conteúdo e a substância do povo, ele dedicou parte de sua atenção aos aspectos formais no modo de vida dos italianos. A palavra ‘estilo’, somada ao seu significado artístico, etimologicamente significa aparência externa. Os elementos estilísticos e estéticos dos rituais atraíram os olhos investigativos do regime. (Falasca-Zamponi, 1997, p.100)

O congresso do partido nazista realizado em 1934 e filmado por Leni Riefenstahl serviu para a criação do filme *Triunfo da vontade*. Nele pode ser percebida a organização do evento em padrões simbólicos de imagens e de movimentos. A grande massa humana era disposta em formações geométricas, representação as transformação dessa massa disforme em uma força unida pela nação. Hitler desce um largo corredor entre as fileiras e se coloca solitário em um local acima de todos, representando o soldado que surgiu do meio do povo para levar sua mensagem divina a todos.

A reivindicação de Hitler de ser a personificação da vontade do povo fornece uma estrutura-espelho para a seguinte troca: O povo é chamado a ver seu líder como um reflexo de sua personalidade coletiva. No sofisticado filme de Riefenstahl a constante edição entre as fileiras das massas, as suásticas, e o rosto de Hitler expressam o slogan principal do evento: “Ein Volk, ein Führer, ein Reich”. (Clark, 1997, p.51)

Le Bon considerava fundamental a existência do líder dentro de uma organização social. Para ele, a vontade do líder era o meio pelo qual as opiniões das multidões eram agrupadas para obtenção de uma identidade. Ele seria o elemento primordial de organização da massa heterogênea, pavimentando os caminhos a serem seguidos e dando a eles uma direção. Para Le Bon a multidão era como “um rebanho servil, incapaz de agir sem um mestre”.

Mussolini elaborou seu próprio conceito da relação entre a multidão incapaz de se organizar e o líder que os guia e orienta. O seu conceito da atividade política como sendo uma atividade estética foi importante para definir sua relação com as “massas”. Mas as metáforas por ele utilizadas que relacionavam a política e os políticos com a arte e os artistas transmitiam algo mais que simples retórica. As metáforas esboçavam as características teóricas que serviam de base para as ações públicas e políticas de Mussolini, sempre com uma visão negativa das “massas”, consideradas como um objeto inerte e submetido à vontade do político. Considerando o político como um artista, a “massa” era vista como uma matéria bruta, disponível para seu trabalho. O político-artista trabalhava as “massas” para lhe dar uma forma, transformando sua estrutura desorganizada em um “objeto completo e coerente”.

O líder freqüentemente iniciou como um dos liderados. Ele mesmo foi hipnotizado pela idéia cujo apóstolo ele se tornou. Ela tomou conta dele de tal forma que qualquer coisa fora dela desaparece, e que toda opinião contrária lhe parece ser um erro ou superstição. Um exemplo neste ponto é Robespierre, hipnotizado pelas idéias de Rousseau, e empregando os métodos da Inquisição para propagá-las.

Os líderes dos quais falamos são mais freqüentemente homens de ação do que pensadores. Eles não são dotados de uma perspicácia aguda, e nem poderia ser, pois essa qualidade geralmente conduz à dúvida e à inatividade. (Le Bon, 1896, p.118)

A relação entre o líder e a multidão era direta. A garantia de uma comunicação constante se dava através dos meios de comunicação, que tornavam o líder “onipresente” na vida dos cidadãos, fosse por fotografias, pelo cinema ou pelo rádio, sua presença e olhar vigilante estavam em todo lugar. A prática de criação e divulgação de elementos simbólicos dos regimes foi amplamente utilizada, de tal forma que uma verdadeira gama de produtos carregava a imagem do líder, ou dos heróis nacionais, prática essa que também foi observada nos países de regime comunista, também esses de cunho autoritário. Na tentativa de minar as características de individualidade na sociedade, tanto o fascismo quanto o nazismo buscavam controlar, ou desencorajar o consumo, o que parece ser uma prática contraditória, pois tanto Alemanha quanto a Itália viviam um período de grande industrialização e desenvolvimento. O regime nazista proporcionou à população o acesso a bens de consumo sofisticados, como o automóvel e o rádio. Na Itália, Mussolini iniciou uma luta contra a chamada ‘felicidade econômica’, atacando a doutrina socialista e os princípios individualistas do liberalismo. Seu

argumento era que o bem estar através do consumo tornaria os homens em animais, preocupados apenas em ser “alimentados, engordados, reduzidos” a uma vida vegetativa pura e simplesmente. A busca de uma satisfação através do consumo ia de encontro ao conceito de uma sociedade orgânica, onde o indivíduo desempenhava seu papel dentro da estrutura definida pelo Estado. O indivíduo era considerado parte da estrutura do regime (no caso da Itália, um cidadão-soldado), nunca um indivíduo com privacidade.

A negação da satisfação individual e de objetivos pessoais estava ligada à noção de sacrifício do cidadão diante dos ideais da nação. Para conseguir alcançar o objetivo da unidade, aspirações pessoais, possibilidades de escolha e desejos pessoais não poderiam ter espaço. Mas em pleno período de desenvolvimento da cultura de consumo, essa tarefa não era simples. Cabe lembrar, contudo, que o debate em torno dos efeitos causados pelo surgimento de uma sociedade de consumo não eram exclusividade dos regimes autoritários. Seus aspectos foram discutidos em muitos países industrializados da Europa, assim como nos Estados Unidos na virada do século.

Mesmo sabendo que o desenvolvimento de um público consumidor interessado em mercadorias pode ser situado tão longe quanto no século XV, com o surgimento de uma rede de comércio global, a preocupação com os efeitos da cultura de consumo na sociedade se tornaram intensos no “fin de siècle”. Só então que o crescimento na produção de bens proporcionou um largo acesso à população aos bens que antes eram obtidos apenas por classes mais elevadas socialmente. A disponibilização em massa de produtos antes inalcançáveis pareciam encorajar mais e mais as pessoas a obter certos objetos para o alcance de um maior status social. A ênfase no luxo, visto como resultado da imitação de modelos superiores, causou a preocupação de economistas, cientistas sociais e filósofos, com as conseqüências para civilização da revolução democrática. Na França, a moralidade do desejo de consumo tornou-se um importante tópico de discussão. (Falasca-Zamponi, 1997, p.126)

Ao romper com o conceito de progresso, o fascismo nega uma tradição que existia desde o Iluminismo, a qual preconizava uma conformação linear da história. Rejeitando essa visão de mundo, o fascismo buscava caminhar no sentido de um renascimento, e de uma retomada dos gloriosos tempos perdidos. A relação desses regimes com a arte exemplifica essa busca, já que nenhum deles criou um novo estilo. Ao contrário, seus interesses estavam em buscar uma continuidade com o passado, através de uma estética realista, que no entanto, não estava ligada à realidade presente (como se propôs o realismo socialista na União

Soviética), pois a arte deveria ter o poder de evocar “valores eternos”. O nazismo buscou dar forma a esses ideais através da representação da família e das atividades no campo, onde a comunidade vivia e trabalhava em harmonia com a natureza. A utilização de temas relacionados ao trabalho no campo não eram exclusividade do regime nazista, pois também era comum, por exemplo, na arte soviética, onde a preferência era pela exibição de tratores e de todo tipo de tecnologia que pudesse representar o avanço comunista.

Assim como o regime comunista soviético, que buscou referências da cultura visual popular na religião (Bonnell, 1997, p.4), a ideologia fascista também procurou relacionar seus eventos aos rituais e práticas católicas. O culto aos mártires, os ritos de confirmação, e a própria busca de princípios espirituais como forma de regeneração e renovação da sociedade italiana buscava essa relação. Ao mesmo tempo, o regime tinha que lidar com contradições, uma vez que pregava o resgate das tradições, mas não abria mão do grande desenvolvimento industrial, e buscava o desenvolvimento espiritual que ia em caminho contrário ao individualismo e o crescimento da sociedade de consumo.

Em uma era de mercadorias fantásticas, Mussolini ofereceu o fascismo para consumo público, e sua noção estética de política governou a organização do espetáculo. O solipsismo de Mussolini, suas aspirações a onipotência, sua independência moral, e seu desprezo pelos valores individuais informaram as orientações do fascismo e determinaram sua direção. Através de festivais e imagens, rituais e discursos, Mussolini narrou a “estória” do fascismo e naturalizou sua história. Essas práticas simbólicas refletiram e afetaram a realidade que Mussolini havia articulado primeiramente. (Falasca-Zamponi, 1997, p.191)

Mas o arcaísmo fascista exibiu contradições em suas atitudes com relação ao modernismo, pois se por um lado tinha em seu discurso a necessidade de restaurar valores que haviam sido deteriorados pela modernidade, por outro também instigavam a industrialização como meio de fortalecimento econômico e militar. Como alternativa para fugir do paradoxo, o neoclassicismo foi largamente utilizado na construção de grandes prédios públicos, buscando expressar uma forma de conservadorismo cultural, mas tendo recurso a características modernas, como a sobriedade.

Os supostos valores eternos da cultura superior foram utilizados através da história para legitimar o poder e o privilégio. Mas essa função se tornou mais complexa sob regimes, fascista ou comunista, que se faziam supor movimentos das massas. Ao se aproveitarem do status de classe superior da arte tradicional, seus propagandistas corriam o risco de alienar o público das

classes operárias para quem uma pintura a óleo em um museu poderia ser vista como um objeto inerentemente hostil em um ambiente elitista. Os regimes procuraram enfrentar esse efeito mesclando as belas artes com a cultura de massa. Isso se serviu de duas estratégias: uma, a reprodução em massa de pinturas e esculturas em filmes, cartazes, postais, anúncios, e revistas, que transferem os locais de recepção e conferem um senso comum de propriedade sobre a imagem; e segundo, pela adaptação estilística da arte para os códigos visuais da cultura popular – fazendo a pintura se parecer com um cartaz de filme ou com uma pin-up pornográfica, por exemplo. Os resultados eram freqüentemente chamados de “kitsch”, um termo que se refere à arte especificamente qualificada para consumo em massa. É claro, que os regimes podiam simultaneamente usar uma cultura superior em uma escala monumental para intimidar e diminuir as pessoas. (Clark, 1997, p.60)

Falasca-Zamponi em suas conclusões destaca a relação entre a proposta de identidade dos “novos homens” italianos e a observância de padrões estéticos rígidos. A falha do indivíduo em seguir as regras e padrões vigentes representaria a falta de um espírito fascista legítimo e uma inabilidade em captar as virtudes de heroísmo e de sacrifício, prejudicando portanto a jornada em busca de uma supremacia mundial por parte da Itália. A preocupação de Mussolini em forjar uma nova sociedade e em liderar uma larga transformação na vida dos indivíduos, entretanto, não alcançou os resultados esperados. A imagem de uma Itália de cantores, artistas, ruínas históricas e nostalgia, prejudicavam os planos do regime fascista.

2.2 O Estado Novo no Brasil

O período conhecido como Estado Novo no Brasil se iniciou em 10 de novembro de 1937, terminando em 29 de outubro de 1945. Já no ano de 1936, as pressões dos diferentes grupos políticos se faziam sentir, na preparação do terreno para as eleições presidenciais que se realizariam em 1938. A tensão era grande e muitas prisões foram efetuadas, principalmente de comunistas, mas também de liberais contrários ao governo provisório. Do outro lado, os integralistas caçavam os colaboradores da Aliança Nacional Libertadora, grupo de esquerda e seu principal opositor em disputas políticas no passado. Ao final do ano de 1936, os nomes dos possíveis candidatos começavam a surgir, como foi o caso de Armando Sales de Oliveira, que se afastou do governo de São Paulo para concorrer, representando a União Democrática Brasileira, grupo de oposição a Vargas. Também José Américo de Almeida, ex-ministro de Getúlio surgia como um nome, sendo o candidato apoiado pela situação. Plínio Salgado, liderança do movimento integralista também mostrava interesse na disputa.

As pretensões de Getúlio de assumir o poder de forma plena e definitiva estabelecendo uma ditadura no Brasil esbarravam na rearticulação sistemática das oligarquias estaduais que se processava desde 1933. O nome de Armando Sales representava o prestígio do poder das oligarquias, e Getúlio preferiu a cautela, lançando o nome de José Américo como seu candidato oficial, conseguindo apoio da maioria dos governos estaduais. Ao mesmo tempo, buscava anular seus adversários, inclusive através de intervenção nos estados, como no caso de Mato Grosso, onde o governador Mário Correia foi deposto. As forças militares também buscavam neutralizar possíveis movimentos de oposição ao mesmo tempo em que Vargas cortejava secretamente o apoio de Plínio Salgado, embora esse se apresentasse ainda como candidato. No ano de 1937, a movimentação para o golpe ganhou contornos mais críticos. Durante a campanha surgiu a denúncia de uma tentativa de tomada de poder por parte dos comunistas. Suas intenções estariam explicitadas em um documento chamado “Plano Cohen”, um documento criado por Olímpio Mourão Filho, que era chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). Os desdobramentos desse evento serviram como pretexto para isolar os setores de oposição, principalmente os comunistas, mas também os liberais, além de conseguir o apoio dos militares para um

prolongamento do mandato de Vargas, que conseguiu autorização do congresso para decretar estado de guerra durante 90 dias, o que abriu caminho para que em 10 de novembro de 1937 dissolvesse o mesmo congresso, promulgasse a nova Constituição, e quase sem resistência instaurasse o regime conhecido como Estado Novo.

A nova Constituição deixava clara a intenção centralizadora e hierarquizante, que aproximou o modelo político brasileiro do fascismo europeu, embora com características próprias.

O que os líderes latino-americanos tomaram do fascismo europeu foi a sua deificação de líderes populistas com fama de agir. Mas as massas que eles queriam mobilizar, e se viram mobilizando, não eram as que temiam pelo que poderiam perder, mas sim as que nada tinham a perder. E os inimigos contra os quais eles as mobilizavam não eram estrangeiros e grupos de fora (embora seja inegável o conteúdo anti-semita no peronismo e outras políticas argentinas), mas a “oligarquia” – os ricos, a classe dominante local. Perón encontrou o núcleo de seu apoio na classe trabalhadora argentina, e sua máquina política era algo parecido a um partido trabalhista construído em torno do movimento sindical de massa que promoveu. Getúlio Vargas no Brasil fez a mesma descoberta. Foi o exército que o derrubou em 1945 e, mais uma vez, em 1954, forçando-o a suicidar-se. Foi a classe trabalhadora urbana, à qual ele dera proteção social em troca de apoio político, que o chorou como o pai de seu povo. Os regimes fascistas europeus destruíram os movimentos trabalhistas, os líderes latino-americanos que eles inspiraram os criaram. Independentemente de filiação intelectual, historicamente não podemos falar do mesmo tipo de movimento. (Hobsbawm, 1994, p.137)

O Estado Novo teve como característica principal o estabelecimento de um modelo de centralização das ações na mão do Poder Executivo, que poderia agir livremente sem a oposição de partidos políticos e do Poder Legislativo. Com isso, o Estado adquiriu um caráter onipresente, colocando-se como um elemento chave na estruturação da nação, através da autoridade de seu líder.

A política do Estado Novo buscava promover as transformações na sociedade através da modificação de seu caráter essencialmente rural para um modelo industrial e unificado de nação. O processo de industrialização do país ganhou um ritmo mais acelerado, onde o próprio Estado assumia a função de inserir o Brasil em meio às nações mais desenvolvidas. Um aspecto interessante que marcou as ações do governo de Vargas foi a assistência do Estado de forma direta nos aspectos relacionados à vida individual da população. Neste caso, a ação ganhava o nome de uma ‘intervenção protetora’, pois buscava contornar as

deficiências e lacunas sofridas pela população através das ações do Estado, que trabalhava no sentido de “organizar” os indivíduos em categorias profissionais e nos sindicatos, criando uma grande hierarquia social. Nesse sentido, a relação entre a massa e o Estado se dá de forma pessoal, uma vez que o contato entre o povo e poder público é conjugada através da imagem do estadista, aquele que sabe identificar os anseios da sociedade.

O par de interlocutores legítimos está formado: de um lado, o povo, a quem se apela como fonte e base do governo e que está identificado justamente na população de trabalhadores corporativamente hierarquizada; de outro lado, o Estado, corporificado funcional e pessoalmente na figura do presidente Getúlio Vargas. (Oliveira, 1982, p.141).

O Estado Novo não contou com nenhum movimento revolucionário e de organização das massas, e negou qualquer tentativa de organização partidária para a sustentação regime.

A questão da mobilização e organização das massas em milícias é também recusada pela maioria dos autores nacionais que buscam fundamento para o fortalecimento da autoridade do Estado. A única experiência neste sentido, a milícia integralista, é descartada tão logo o novo regime se instala. A tentativa de militarização da juventude brasileira durante o Estado Novo, através do movimento de Organização Nacional da Juventude, é recusada e transformada em um programa de educação moral e cívica. Seja do ponto de vista doutrinário ou da realidade histórica, o caso brasileiro do Estado Novo se distingue do fascismo italiano. (Lippi Oliveira et al., 1982, p.25)

Como característica marcante, o Estado Novo não possuía uma doutrina oficial, e muitas vezes os discursos de Vargas eram tomados como parâmetro para a estruturação de um “pensamento oficial”, segundo Lúcia Lippi Oliveira. Os intelectuais, fazendo parte ou não do governo, buscavam nos pronunciamentos do presidente elementos que pudessem servir como referência para a o estabelecimento de linhas de conduta, tornando-se portanto os intérpretes e “doutrinadores” da nova ordem. Embora as visões de Brasil não fossem exatamente iguais, a elite intelectual e política do país possuía pensamentos concordantes. Seguindo a tendência da década de 1930, as críticas ao modelo liberal indicavam um aspecto comum, assim como a defesa do papel das elites na condução das mudanças sociais necessárias ao país.

Um dos grandes intelectuais do período foi o jornalista Azevedo Amaral. Suas observações acerca do papel da autoridade como coordenadora do processo de transformação

social do país são importantes para uma compreensão melhor da organização social e política nacional no período. Também avalia com precisão os movimentos políticos e sociais, e as vertentes ideológicas que os conduziam.

Os problemas políticos assumiam no pós-guerra um caráter peculiar que lhes era impresso pelos fatores econômicos em jogo e pelas repercussões por eles determinadas. Tanto o exemplo russo, como o caso do fascismo italiano, provaram a impossibilidade de uma revolução manter-se estritamente dentro da órbita de renovação política, sem envolver também transformações econômicas e sociais de grandes proporções. (Amaral, 1981, p.53).

Estando de acordo com a visão evolucionista, Azevedo Amaral utilizava constantemente metáforas biológicas, relacionando a estrutura social e os organismos. O progresso seria um caminho natural a ser alcançado por uma sociedade, e esse não ocorreria se o “tecido social” sofresse alguma enfermidade, o que poderia causar os desvios do caminho original. Ao criticar Marx, Amaral afirma que: “O criador da doutrina comunista moderna tinha graves deficiências de equipamento cultural no tocante aos aspectos biológicos e psicológicos dos problemas da sociologia, bem como em relação à influência da ambiência geográfica na orientação da marcha evolutiva de cada grupo humano.” (Amaral, 1981, p.55)

É interessante constatar a diferenciação que Azevedo Amaral faz entre o fascismo, de cunho totalitário, e o autoritarismo, este último considerado a “própria essência da organização estatal”, e que não poderia portanto estar desligada das ações do governo, sendo “imprescindível à ação eficiente do Estado”. De forma comparativa, diz que “o conceito de governo autoritário não pode ser portanto encarado como inovação do fascismo”, pois neste sistema o autoritarismo não faz parte de seu “estilo institucional” e também ocupa um papel secundário nos aspectos que caracterizam o fascismo, considerado de natureza “compressiva, absorvente, aniquiladora da personalidade humana, que imprime instituições fascistas um aspecto repelente, tornando-as tão incompatíveis com todos que prezam a dignidade do espírito”. (Amaral, 1981, p.96)

Entre as qualidades do Estado autoritário estão a visão nítida das fronteiras entre o que a “coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal”, e os aspectos da personalidade humana, inerente a pessoa. E

quanto à adequação do indivíduo ao sistema social, Azevedo Amaral diz que:

A submissão dócil à autoridade do Estado não repugna, nem pode repugnar aos indivíduos normais, que intuitivamente compreendem que um povo, para se transformar em uma nacionalidade, precisa se organizar-se em uma estrutura hierárquica, cuja solidez e funcionamento eficiente exigem a atuação de uma autoridade capaz de tornar-se a força coordenadora e orientadora dos elementos que se justapõem na sociedade. (Amaral, 1981, p.96).

Azevedo Amaral procura dar uma característica própria e original ao Estado Novo quando aponta as inovações do regime diante dos modelos praticados em outros países, buscando caracterizar precisamente a ideologia dos regimes autoritários.

Apesar das diferenças existentes, o contato de Getúlio com os governos fascistas foi bastante regular. No ano de 1938, quando a Alemanha estava em pleno processo de expansão territorial na Europa, o governo brasileiro conseguiu negociar um considerável aumento das exportações para aquele país, de tal modo que a Alemanha tornou-se a segunda nação dentro da pauta de comércio exterior do Brasil. Ao mesmo tempo, a parte mais significativa da produção agrícola do país (o café e o cacau) ainda tinha como destino o mercado norte-americano. No mês de setembro de 1939, quando a Alemanha invade a Polônia, o governo brasileiro preferiu o caminho da neutralidade. A simpatia pelos países do Eixo por várias vezes pareceu nortear as escolhas do governo, principalmente quando da derrota da França, no ano de 1940, mas a ascendência norte-americana não poderia ser ignorada, e no ano de 1942 os Estados Unidos, de forma mais contundente, pressionaram os países americanos para romperem com a Alemanha e a Itália. Para o Brasil, não seria prudente arriscar a perda das exportações, ainda mais quando a Alemanha sofria as primeiras derrotas na guerra. A crescente hostilidade aos nazistas e fascistas em todo o país e o afundamento de navios brasileiros na costa foram importantes para simbolicamente marcar o fim dos laços do Brasil com os países do Eixo. No entanto, ao final da guerra, as pressões da sociedade não davam mais espaço para a continuidade de um governo ditatorial no país. No ano de 1945, em 29 de outubro, forças militares derrubam Vargas, decretando o fim do Estado Novo.

A trajetória da revolução, iniciada em 1930 e concluída em 1937 não buscava uma “restauração” no sentido de retornar a um passado específico, ou a um período a partir do qual os valores genuínos da sociedade foram corrompidos. O sentido

de “restauração” está ligado à necessidade de construção de um novo começo, de um novo modelo de Estado.

Por conseguinte, “restaurar” a sociedade brasileira era retirá-la do estado da natureza, isto é, organizá-la pela via do poder político. Tal ação implicaria um “retorno” à própria natureza – às riquezas potenciais e inativas do país – e um “retorno” à própria cultura nacional – ao caráter do homem brasileiro. A tradição a ser encontrada e revivida seria a junção da natureza e da cultura por intervenção da política, que acionaria o elemento integrador e produtivo do trabalho nacional. A terra era rica; o homem era bom, mas nada disso tinha significado quando abandonado e inexplorado. A “restauração” seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira pela formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano. (Lippi Oliveira, 1982, p.117).

Como em todos os regimes centralizadores a imagem do líder é de fundamental importância para a organização política do país. No Estado Novo brasileiro, todo o projeto político e ideológico passava pelas mãos de Getúlio Vargas, que possuía uma responsabilidade maior do que a de um simples administrador, servindo como um “guia”, capaz de conduzir os destinos da nação, e de antever as necessidades do país, buscando estabelecer um modelo de política conciliadora, evitando os choques e conflitos de classe. Seu discurso pregava a unidade nacional, combatendo a desagregação regionalista.

Ernest Cassirer chama a atenção para a técnica dos mitos políticos modernos, que combina funções diferentes e mesmo incompatíveis, tais como a magia primitiva e a extrema racionalidade. Assim, mostra que o político do século XX – notadamente nos estados totalitários – é simultaneamente um *homo magus* e um *homo faber*. É capaz de sentir os impulsos e desejos do inconsciente coletivo e realizá-los no momento certo, manipulando com sabedoria os recursos técnicos de que dispõe. Vargas é o *homo magus*, que domina e encarna as forças inconscientes da alma nacional, e é o *homo faber* porque artífice e técnico da obra política que é o Estado nacional. (Lippi Oliveira et al., 1982, p.95)

Para conseguir controle de todas as esferas sociais, seria necessária a criação de um aparelho estatal que pudesse garantir a eficiência da política de Vargas. “O nacionalismo, fruto de uma consciência da dependência em relação ao exterior, pregava a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições à realidade brasileira” (Goulart, 1990, p.15).

Podemos entender mais claramente sobre quais bases foi construída a “íconografia” do Estado Novo a partir desses princípios. A necessidade de um “redescobrimento” do Brasil, através da restauração da essência e da tradição cultural, elementos que foram negligenciados pela Primeira República. Muito mais que um retorno a um momento do passado, buscava-se um novo começo.

A “restauração” seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e pela formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano (Lippi Oliveira et al., 1982, p.117).